

BNDES

AP/DEPEC/GESTE 3 - Tel: (021) 277-7369 e Fax: (021) 220-1397

Endereço na Internet - <http://www.bndes.gov.br/sinopse/sineco.htm>

Equipe Técnica: Ana Cláudia Além e Joana Gostkorszewicz (PNUD).

Apoio: Maurício Gabriel Galvão

Outubro 2000 nº93

Fechamento da Edição: 01/11/00

opse Econômica

◆1-Política Econômica

O IED no Brasil e no mundo: tendências recentes

Em nível mundial, observou-se ao longo dos anos 90 um expressivo crescimento dos fluxos de Investimentos Externos Diretos (IED). Em 1999, o total de ingressos de IED atingiu US\$865 bilhões, o que representou um crescimento de 27% em relação ao resultado de 1998 e de 314% contra o montante registrado em 1990 – ver *World Investment Report 2000* da UNCTAD. Para 2000, estima-se que o total de IED ultrapasse US\$ 1 trilhão.

A principal característica dos fluxos de IED nos últimos anos tem sido a crescente concentração nos países desenvolvidos, que receberam 74% do total investido em 1999, ante os 71% em média de 1985 a 1995 – ver Tabela 1.1. Dentre os países desenvolvidos, os Estados Unidos e o Reino Unido são os maiores receptores e investidores de capital de longo prazo. Destaca-se também a participação da União Europeia no total.

Frete à tendência de redução dos fluxos de IED para os países em desenvolvimento, destaca-se o desempenho da América Latina e o Caribe que conseguiram atrair um montante de investimentos em 1999, 23% acima do registrado em 1998. Nos últimos anos, a taxa de crescimento dos IED para a América Latina tem superado continuamente a média registrada pelo total dos países em desenvolvimento: em 1999, a expansão de 23% ficou significativamente acima da média de 16% registrada pelos países em desenvolvimento.

Na América Latina, o Brasil permanece sendo o principal receptor de IED, mantendo cerca de 4% do fluxo mundial em 1999, ante o percentual médio de 1% registrado em 1985/95. No grupo dos países em desenvolvimento, o Brasil é o segundo maior receptor, perdendo apenas para a China.

O aumento dos fluxos de IED para o Brasil nos últimos anos tem sido fundamental para financiar o déficit em transações correntes, ao tornar o país menos dependente dos capitais externos de curto prazo, mais voláteis. Os números são expressivos: de um total de US\$ 1,6 bilhão em 1992, os fluxos de IED atingiram US\$ 31 bilhões em 1999. Em 2000, de janeiro a setembro, o fluxo de IED atingiu US\$ 21 bilhões. Estima-se para o fechamento de 2000, um montante de IED entre US\$ 26 e US\$ 28 bilhões.

Este rápido crescimento dos IED no Brasil tem decorrido, principalmente, da estabilização macroeconômica, com impacto positivo sobre as perspectivas de crescimento – tendo em vista o forte potencial do mercado interno brasileiro –, e o aprofundamento do processo de privatização nas áreas de serviços públicos.

Quanto à distribuição setorial, destaca-se o aumento expressivo da participação dos serviços nos fluxos recentes de IDE, o que reflete, entre outros, o processo de reestruturação do setor financeiro brasileiro e o processo de privatização de serviços públicos. Em 1999, esta participação foi de 73% do fluxo total de IED – ver Tabela 1.2. Com estes resultados, houve uma mudança considerável na distribuição do estoque de capital estrangeiro na economia brasileira: o setor de serviços passou de uma participação de 43% em 1995, para uma de 67% em 1999. Em relação ao setor industrial, continua existindo uma concentração dos IED nas indústrias automobilística, química e de alimentos e bebidas. Também se destaca o crescimento dos IED nas indústrias de equipamentos eletrônicos, de informática e de telecomunicações. Os dados disponíveis para janeiro/setembro de 2000 apontam para a continuidade destas tendências.

A questão que se coloca é que a participação expressiva dos IED no setor de serviços – produtor de bens não comercializáveis – tem se refletido na redução da propensão média destes investimentos a exportar, em comparação com épocas anteriores, quando

havia uma maior concentração de IED na indústria – produtora de bens comercializáveis –, justamente em um momento em que é crucial a expansão das exportações para a eliminação da restrição externa ao crescimento. Entretanto, deve-se ressaltar que o aumento dos investimentos na infra-estrutura ao levar à redução dos custos industriais deverá contribuir significativamente para o aumento da competitividade das exportações brasileiras nos próximos anos.

Os Estados Unidos continuam a ter a maior participação no estoque de capital estrangeiro do Brasil – ver Tabela 1.3. Entretanto, destaca-se o aumento da participação da Espanha, o que reflete o expressivo crescimento dos fluxos de IED daquele país, principalmente, nos últimos anos da década: em 1998, 1999 e 2000, os IED espanhóis apresentaram participações de 22%, 21% e 25% do total, respectivamente.

TABELA 1.1
EVOLUÇÃO DOS INGRESSOS DE IED
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)

Pais/Rcgão	1985/95	1996	1997	1998	1999
Países desenvolvidos	71	58	58	71	74
União Europeia	37	29	27	37	35
Reino Unido	9	6	7	9	9
França	7	6	5	4	5
Estados Unidos	24	22	22	27	32
Demais	10	7	9	7	6
Países em desenvolvimento	27	38	38	26	24
África	2	1	1	1	1
América Latina e Caribe	8	12	15	11	10
Brasil	1	3	4	4	4
Argentina	1	2	2	1	3
México	2	2	3	2	1
Sul, Leste e Sudeste da Ásia	16	23	20	13	11
China	6	11	9	6	5
Demais	1	1	2	2	1
Outros	2	3	4	3	2
Total	100	100	100	100	100

Fonte: World Investment Report - 2000, UNCTAD.

TABELA 1.2
IED POR ATIVIDADE ECONÔMICA (%)

	Estoque		Fluxos			
	1995	1999	1996	1997	1998	1999
Agropecuária e extrativa mineral	2	2	1	3	1	2
Indústria	55	32	23	13	12	25
Alimentos e bebidas	5	4	2	2	1	3
Produtos químicos	11	6	3	2	2	5
Papel, celulose e prod. de papel	3	1	0	0	0	0
Artigos de borracha e plástico	3	2	0	1	1	1
Produtos Minerais não metálicos	2	1	3	1	0	1
Metalurgia básica	6	2	0	0	1	0
Máq. p. escrit. e equip. p. informat.	1	1	0	0	0	2
Máq. apar. e materiais elétricos	3	1	0	1	0	1
Máq. e equipamentos	5	2	2	1	1	0
Veículos autom. e carrocerias	7	5	4	1	5	7
Outros	10	6	7	3	2	6
Serviços	43	67	76	84	88	73
Eletricidade, gás e água quente	0	9	21	23	9	11
Comércio atacad. e interm.com.	5	5	3	5	5	6
Comércio varejo e rep. de objetos	2	3	5	1	5	4
Correio e telecomunicações	0	10	8	5	11	28
Intermediação financeira	3	9	5	10	25	6
Serviços prestados a empresas	27	24	26	35	27	12
Outros	6	6	7	5	5	6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: FIRCE - Banco Central.

TABELA 1.3
IED NO BRASIL
DISTRIBUIÇÃO POR PAÍSES DE ORIGEM (%)

Países	Estoque		Fluxos			
	1995	2000(1)	1996	1997	1998	1999 2000 (1)
Estados Unidos	26	25	26	29	20	29
Alemanha	14	5	3	1	2	2
França	5	7	13	8	8	7
Reino Unido	4	3	1	1	1	5
Países Baixos	4	8	7	10	14	7
Ilhas Cayman	2	8	9	22	8	8
Espanha	1	13	8	4	22	21
Portugal	0	5	3	4	8	9
Outros	45	27	32	21	18	13
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: FIRCE - Banco Central.

Nota: (1) Para 2000, valores acumulados de janeiro a setembro.

PRODUÇÃO BNDES**ÍNDICE**

- ◆2 - Nível de Atividade:
Evolução da taxa de
desemprego.....2
- ◆3 - Inflação:
Taxas prosseguem em
queda.....3
- ◆4 - Finanças Públicas:
A evolução do déficit
nominal 4
- ◆5 - Mercado Financeiro:
Taxa SELIC permanece
inalterada..... 5
- ◆6 - Setor Externo:
A Balança Comercial em
Outubro.....6
- ◆7 - Operações do BNDES
e da FINAME.....7
- ◆8 - Anexo Estatístico.....9

◆ 2 - Nível de Atividade

O desempenho recente do nível de atividade

Os últimos dados disponíveis apontam para a continuidade de crescimento do nível de atividade.

Segundo o IBGE, a produção física industrial apresentou um crescimento de 7,7% em agosto, ante igual mês do ano anterior - ver Gráfico 2.1. No ano, o indicador acumula uma variação positiva de 6,0%, ante o período janeiro/agosto de 1999.

Segundo a CNI, as vendas reais da indústria apresentaram uma expansão de 10,8% em agosto, contra o mesmo mês do ano anterior. No ano, o indicador acumula um crescimento de 10,8%, em relação a janeiro/agosto de 1999. O nível de utilização da capacidade dessazonalizado foi de 81% em agosto, contra os 80% de igual mês do ano anterior.

Conforme a FIESP, o INA registrou um crescimento de 6,1% em setembro, em comparação ao mesmo mês de 1999. No ano, o crescimento acumulado é de 7,6%, ante janeiro/setembro de 1999.

Na análise da indústria por categorias de uso do IBGE, continuam destacando-se os desempenhos da produção física industrial de bens de bens de capital e consumo duráveis, com crescimento de 25,5% e 20,2%, respectivamente, em agosto, contra agosto de 1999 - ver Gráfico 2.2. Estas categorias de uso acumulam no ano taxas de crescimento de 8,1% e 15,3%, respectivamente, ante um crescimento acumulado de 6,0% registrado pela média da indústria.

O desempenho do comércio varejista

De acordo com os dados da FCESP, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou, no mês de setembro, um crescimento de 10,5% em relação a igual mês do ano passado, com destaque para os bens de consumo não-duráveis, com expansão real do faturamento de 20,1%, no período - ver Tabela 2.1.

No acumulado do ano, o faturamento real do comércio varejista paulista registrou uma expansão de 11,4% em relação a igual período de 1999. Nesta base de comparação, o destaque de crescimento coube ao item de bens de consumo duráveis, com uma variação de 16,2% em relação ao acumulado janeiro/setembro de 1999. Os outros destaques foram os itens bens de consumo não-duráveis e comércio automotivo, que apresentaram um crescimento do faturamento real de 15,3% e 12,9%, respectivamente, no acumulado no ano até setembro, em relação a igual período de 1999.

A produção de autoveículos

A recuperação do faturamento real do comércio automotivo que acumulou no ano até setembro um crescimento de 12,9%, contra mesmo período de 1999, tem impactado positivamente a produção de autoveículos. Segundo a Anfavea houve um crescimento da produção de autoveículos de 22,5% no acumulado até setembro, ante igual período de 1999 - ver Gráfico 2.3.

Evolução da taxa de desemprego

Em setembro, a taxa de desemprego aberto do IBGE foi de 6,7%, contra os 7,4% de igual mês de 1999 - ver Gráfico 2.4. Desde junho deste ano, a taxa de desemprego vem apresentando mensalmente valores inferiores aos registrados em iguais meses de 1999. Isto demonstra que a retomada do crescimento do nível de atividade começou, finalmente, a impactar de forma mais significativa o mercado de trabalho.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - Jan 98 = 100

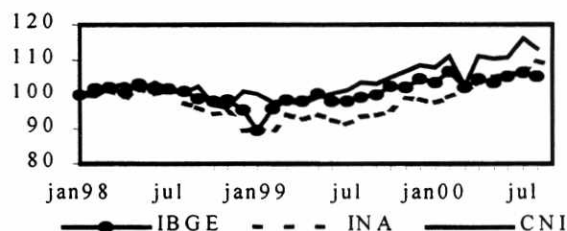


GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - Jan 98 = 100

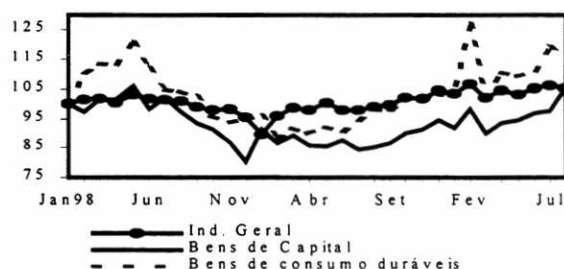


TABELA 2.1
FATURAMENTO REAL DO COMÉRCIO
VAREJISTA (%) - FCESP

Atividades	Sobre Ago/00	Sobre Set/99	Acum. no ano
Comércio geral	1,65	10,50	11,38
Comércio s/ concessionárias	1,60	10,58	11,05
Varejo bens de consumo	1,56	11,35	11,52
Duráveis	0,59	11,16	16,16
Semiduráveis	-0,28	-40,01	-31,52
Não duráveis	1,45	20,09	15,32
Comércio automotivo	-6,43	6,82	12,93
Materiais de construção	3,69	-0,21	4,36

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
(EM MIL UNIDADES)

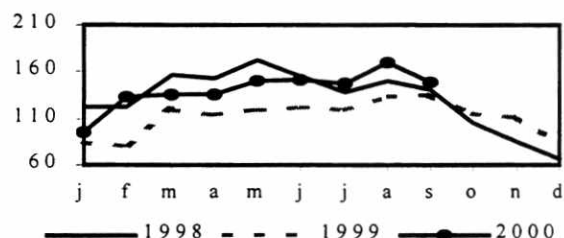
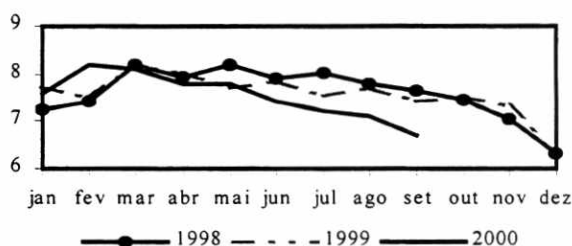


GRÁFICO 2.4
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - IBGE (%)



◆3 - Inflação

Taxas prosseguem em queda

Conforme o esperado, os índices de inflação apresentaram uma significativa desaceleração no mês de setembro, como resultado das menores pressões dos preços agrícolas e do esgotamento do impacto da alta dos preços de combustíveis e tarifas públicas.

O IPCA, o IPC-FIPE e o IGP-DI registraram taxas de inflação de 0,23%, 0,27% e 0,69%, respectivamente em setembro ante os 1,31%, 1,55% e 1,82% registrados no mês anterior – Ver Tabela 3.1. A inflação média – calculada a partir dos três índices citados anteriormente – ficou em 0,40% em setembro, abaixo do 1,56% registrado em agosto. Com estes resultados, a inflação média acumulada em 12 meses caiu de 10,40% em agosto para 9,85% em setembro – ver Gráfico 3.1.

Estes resultados são confirmados pela evolução do núcleo da inflação. Em setembro, o núcleo da inflação, calculado a partir do IPC da FGV, variou 0,13%, contra uma taxa de 0,27% em agosto – ver Tabela 3.2. No acumulado em 12 meses, até setembro, a variação do núcleo da inflação foi de 4,39% – ver Gráfico 3.2. O movimento descendente do núcleo de inflação reafirma que a aceleração da taxa de crescimento dos preços registrada nos meses anteriores foi fruto de uma pressão de custos e não de demanda, não comprometendo, assim, a tendência declinante da inflação.

O IPC-FIPE

O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrimestre de outubro, uma taxa de variação positiva de 0,19%, frente aos 0,27% registrados no mês anterior.

Refletindo, basicamente, a significativa desaceleração do aumento dos preços dos produtos agrícolas e o esgotamento do impacto do aumento dos preços administrados, os principais itens que contribuíram para esta desaceleração da inflação ao consumidor fo-

TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
Jan/99	1,15	0,70	0,50	0,78
fev	4,44	1,05	1,41	2,30
mar	1,98	1,10	0,56	1,21
abr	0,03	0,56	0,47	0,35
mai	-0,34	0,30	-0,37	-0,14
jun	1,02	0,19	-0,08	0,38
jul	1,59	1,09	1,09	1,26
ago	1,45	0,56	0,74	0,92
set	1,47	0,31	0,91	0,90
out	1,89	1,19	1,13	1,40
nov	2,53	0,95	1,48	1,65
dez	1,23	0,60	0,49	0,77
Jan/00	1,02	0,62	0,57	0,74
fev	0,19	0,13	-0,23	0,03
mar	0,18	0,22	0,23	0,21
abr	0,13	0,42	0,09	0,21
mai	0,67	0,01	0,03	0,24
jun	0,93	0,23	0,18	0,45
jul	2,26	1,61	1,40	1,76
ago	1,82	1,31	1,55	1,56
set	0,69	0,23	0,27	0,40

08 NOV 2000
AP / COPED
Centro de Pesquisas de
Informações e Dados

GRÁFICO 3.1
INFLAÇÃO

TAXA ACUMULADA EM 12 MESES (%)

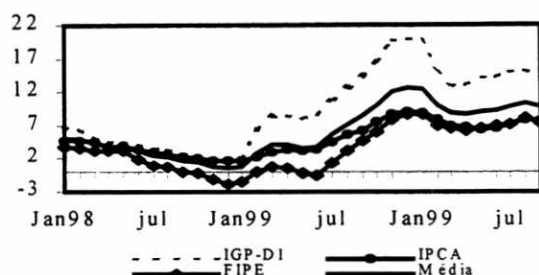


GRÁFICO 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES

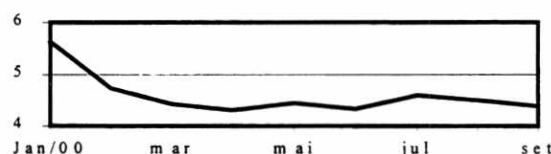


TABELA 3.2
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)

	IPC/FGV		Core	
	Mês	12 meses	Mês	12 meses
Jan/00	1,01	9,52	0,45	5,62
fev	0,05	8,04	0,17	4,73
mar	0,51	7,57	0,24	4,42
abr	0,25	7,28	0,26	4,31
mai	0,40	7,63	0,39	4,44
jun	-0,01	6,92	0,16	4,33
jul	1,91	7,67	0,74	4,60
ago	0,86	8,08	0,27	4,49
set	0,04	7,92	0,13	4,39

ram alimentação e habitação. A alimentação permaneceu com variação dos preços próxima de zero, enquanto que a habitação registrou variação de preços de 0,23% na terceira quadrimestre de outubro, ante uma taxa de 0,61% no fechamento do mês de setembro. Com este resultado, a FIPE reduziu de 0,3% para 0,2% a previsão de inflação para outubro. Esperava-se alguma pressão sobre os preços por conta da entressafra da carne bovina e da nova coleção de verão. Entretanto, até a terceira quadrimestre a carne apresentou um reajuste de apenas 0,83% e o vestuário, de 0,62%.

Para o ano, a projeção é de uma inflação acumulada em torno de 5%. Mesmo que haja um reajuste dos combustíveis ainda neste ano, a taxa de inflação acumulada não deverá ultrapassar os 5,5% no fechamento de 2000.

O IGP-M

Em outubro, o IGP-M, registrou uma taxa de variação de 0,38%, significativamente abaixo dos 1,16% registrados em setembro.

O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram, respectivamente, taxas de inflação de 0,59%, 0,0% e 0,28%.

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal no acumulado janeiro/setembro de 2000 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 3,06% do PIB, significativamente abaixo dos 5,75% do PIB de 1999 – ver Tabela 4.1.

O total de despesas com o pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública atingiu 7,39% do PIB no acumulado até setembro, contra os 8,98% do PIB em 1999.

Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,33% do PIB no período, ante um superávit de 3,23% do PIB em 1999. Vale ressaltar o aumento do superávit primário dos governos regionais, que de 0,22% do PIB em 1999, passou para 0,87% do PIB no acumulado janeiro/setembro de 2000. Esta melhora decorreu, principalmente, da recuperação do resultado primário dos estados.

As receitas federais em setembro

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou uma queda real de 14,77% em setembro de 2000, ante o mesmo mês de 1999 – ver Tabela 4.2. No acumulado no ano até setembro, a arrecadação apresentou um crescimento real de 0,87%.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1999		2000
	jan-set	ano	jan-set
Nominal	5,20	5,75	3,06
Governo Central	2,06	2,32	0,84
Gov. Fed. e Bacen	2,42	2,69	1,46
Empresas Estatais Federais	-0,35	-0,37	-0,62
Governos Regionais	3,14	3,43	2,22
Governos Estaduais	2,47	2,66	1,86
Governos Municipais	0,36	0,45	0,30
Empresas Estatais Estaduais	0,25	0,28	0,04
Empresas Estatais Municipais	0,05	0,04	0,02
Juros Nominais	9,48	8,98	7,39
Governo Central	5,94	5,33	4,30
Gov. Fed. e Bacen	5,62	5,06	4,22
Empresas Estatais Federais	0,32	0,27	0,08
Governos Regionais	3,54	3,65	3,09
Governos Estaduais	2,67	2,82	2,42
Governos Municipais	0,54	0,52	0,44
Empresas Estatais Estaduais	0,31	0,29	0,22
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02
Primário	-4,27	-3,23	-4,33
Governo Central	-3,88	-3,01	-3,46
Gov. Fed. e Bacen	-4,02	-3,31	-3,47
INSS	0,82	0,94	0,71
Empresas Estatais Federais	-0,67	-0,64	-0,70
Governos Regionais	-0,40	-0,22	-0,87
Governos Estaduais	-0,20	-0,16	-0,55
Governos Municipais	-0,18	-0,07	-0,14
Empresas Estatais Estaduais	-0,06	-0,02	-0,17
Empresas Estatais Municipais	0,03	0,02	0,00

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

Títulos Públicos Federais

A observação dos títulos federais classificados por indexador aponta para a continuidade do aumento da participação dos títulos públicos pré-fixados no total. Esta participação passou de 9% em média no ano de 1999, para 16% em setembro de 2000 – ver Tabela 4.3. Os títulos indexados à taxa over/SELIC continuam apresentando a maior participação, que atingiu 53% do total em setembro de 2000.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 45,2% do PIB em setembro de 2000 – ver Tabela 4.4.

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
a preços de setembro de 2000

Ano	Arrecadação (R\$ milhões)			Variação (%)		
	Ago	Set	Jan-set	Set00/ Ago00	Set00/ Set99	Jan-Set00/ Jan-Set99
1999	15545	16086	132672	-	-	-
2000	17339	13710	133826	-20,93	-14,77	0,87

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (set)
Câmbio	8,3	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	20,5
SELIC	16,0	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	53,2
Prefixados	40,2	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,7
IGP/IGP-M	12,5	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,6
Outros	23,0	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM
DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (set)
Dívida interna	17,6	21,8	27,0	26,4	32,6	34,5	35,7
Governo Central	3,0	6,6	12,0	13,1	17,3	17,7	18,8
Títulos públicos	11,6	15,5	21,4	28,1	36,3	39,9	42,7
Indexados ao câmbio	1,0	0,8	2,0	4,4	7,7	9,6	9,3
Indexados a SELIC	1,8	5,9	4,0	9,7	25,2	24,4	24,1
Prefixados	4,7	6,6	13,0	11,5	1,3	3,7	7,1
Outros	4,1	2,2	2,4	2,5	2,1	2,2	2,2
Créditos do BC	-4,6	-5,3	-8,5	-7,8	-5,9	-4,4	-3,7
Renegociação c/ Est. e Mun. e PROES	0,0	0,0	0,0	-5,4	-9,7	-12,7	-14,2
FAT	-2,0	-2,5	-2,5	-2,6	-3,1	-3,2	-3,4
Dádivas contas	-2,0	-1,1	1,6	0,8	-0,3	-1,9	-2,6
Gov. estaduais e municipais	9,5	10,3	11,1	12,4	14,0	15,6	15,7
Renegociação c/ Est. e Mun. e PROES	0,0	0,0	0,0	5,4	9,7	12,7	14,2
Dívida mobiliária	4,7	5,5	6,2	4,3	2,5	1,3	0,1
Dádivas dívidas	4,8	4,8	4,9	2,7	1,8	1,6	1,4
Empresas estatais	5,1	4,9	3,9	0,9	1,3	1,2	1,2
Dívida externa	8,4	5,5	3,9	4,3	6,4	10,5	9,5
Governo Central	6,2	3,5	1,6	1,9	4,3	8,0	7,3
Gov. estaduais e municipais	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	1,0
Empresas estatais	1,9	1,7	1,9	1,9	1,4	1,6	1,2
Dívida total	26,0	27,3	30,9	30,7	39,0	45,0	45,2
Governo Central	9,2	10,1	13,6	15,0	21,6	25,7	26,1
Gov. estaduais e municipais	9,8	10,6	11,5	12,9	14,7	16,5	16,7
Estados	nd	nd	nd	11,1	12,7	14,3	14,3
Municípios	nd	nd	nd	1,8	2,0	2,2	2,4
Empresas estatais	7,0	6,6	5,8	2,8	2,7	2,8	2,4
Federais	nd	nd	2,5	1,0	0,5	0,4	-0,1
Estaduais	nd	nd	3,2	1,7	2,1	2,2	2,3
Municipais	nd	nd	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Base monetária	3,6	3,1	2,4	3,6	4,4	4,7	3,3
Dívida total com base monetária	29,6	30,4	33,3	34,3	43,4	49,7	48,5

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Exclui base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

Taxa SELIC permanece inalterada

De acordo com as expectativas do mercado, na última reunião do Copom, o Banco Central manteve, pela terceira vez consecutiva, inalterada a taxa *Selic* em 16,5% ao ano, bem como o viés neutro – ver Gráfico 5.1.

Apesar da retomada de queda das taxas de inflação, a decisão do Copom refletiu, basicamente, as preocupações do governo quanto aos possíveis impactos da alta volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional sobre o comportamento futuro da inflação.

O BC deverá seguir cauteloso nos próximos meses, devendo mexer nos juros somente quando o preço internacional do petróleo começar a sinalizar uma trajetória consistente de queda.

Diante deste cenário, o espaço para novos cortes na taxa de juros ainda este ano ficou reduzido, adiando a retomada da trajetória de queda das mesmas.

No mercado futuro, as taxa de juros DI, anualizadas, projetadas para novembro, dezembro e janeiro de 2001 fecharam, em 31/10, em 16,51%, 16,80% e 17,13%, respectivamente.

O Mercado de Câmbio

A cotação do dólar, ao longo do mês de outubro, seguiu pressionada dada as incertezas quanto à evolução dos preços internacionais do petróleo e pela situação econômica na Argentina – ver Gráfico 5.2. No dia 29/09, a cotação da Ptax (venda) era de R\$ 1,8437. No dia 31/10, ela atingiu R\$ 1,909, o que representou uma desvalorização de 3,54% do real no fechamento do mês, em relação ao último dia de setembro. Vale ressaltar que o mercado já mostrava sinais de “calmaria” no final do mês de outubro, tendo em vista os sinais de melhora da situação econômica na Argentina e de queda da cotação internacional do petróleo.

Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de dezembro, janeiro e fevereiro tinham, em 31/10, uma cotação de R\$ 1,9162, R\$ 1,9275 e R\$ 1,9360 respectivamente.

O comportamento recente do “spread”

Dada a manutenção da taxa SELIC em 16,5% nos últimos meses, vale a pena acompanhar a evolução do *spread*, que corresponde ao diferencial entre as taxas de juros básicas da economia e a taxa cobrada aos tomadores finais – para o cálculo desta tomaram-se os juros cobrados sobre empréstimos para o financiamento de capital de giro das empresas – ver Tabela 5.1.

Em linhas gerais, ao longo desse ano, o *spread* vem registrando uma tendência de queda, passando de 23,46% em fevereiro, para

17,93% ao ano no mês de setembro – ver Gráfico 5.3. Este movimento reflete as ações do governo no sentido de reduzir as taxas para o tomador final com destaque para: i) a redução dos depósitos compulsórios, que vem viabilizando não apenas a queda dos juros, como também a expansão da oferta de crédito; e ii) a maior transparência na divulgação de informações, estimulando, assim, a concorrência.

GRÁFICO 5.1
TAXA SELIC (%)

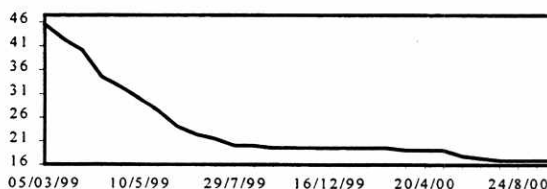


GRÁFICO 5.2
Ptax VENDA

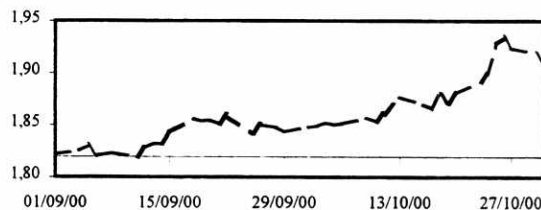


GRÁFICO 5.3
TAXA DE JUROS - SELIC E CAPITAL DE GIRO

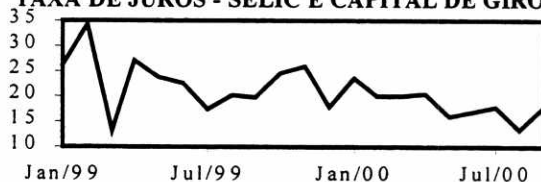


TABELA 5.1
TAXA DE JUROS - SELIC E CAPITAL DE GIRO (%)

Período	SELIC	Capital de Giro (1)	Spread (2)
Jan/98	37,32	62,31	18,20
Jun/98	21,00	44,51	19,43
Dez/98	31,22	51,63	15,56
Jan/99	31,17	65,42	26,11
Fev/99	38,96	86,45	34,17
Mar/99	43,24	62,01	13,10
Abr/99	36,12	73,04	27,12
Mai/99	27,09	57,34	23,80
Jun/99	22,01	49,56	22,58
Jul/99	20,72	41,61	17,30
Ago/99	19,50	43,74	20,28
Set/99	19,36	43,07	19,86
Out/99	18,89	48,04	24,52
Nov/99	18,93	49,73	25,90
Dez/99	18,99	40,12	17,76
Jan/00	18,94	46,84	23,46
Fev/00	18,88	42,72	20,05
Mar/00	18,85	42,71	20,07
Abr/00	18,62	42,89	20,46
Mai/00	18,51	37,33	15,88
Jun/00	17,94	37,89	16,91
Jul/00	16,85	37,64	17,79
Ago/00	16,52	32,08	13,35
Set/00	16,56	37,46	17,93

Fonte: Andima.

Notas: (1) Média anualizada da taxa mensal dos vinte dias úteis centrados no último dia do mês anterior. (2) Spread = $[(1 + \text{taxa capital de giro}) / (1 + \text{taxa SELIC}) - 1] \times 100$.

◆6 - Setor Externo

O Desempenho Comercial em Setembro

A Balança Comercial brasileira, em setembro, registrou um déficit de US\$ 320 milhões, o que correspondeu a um resultado das exportações e das importações de US\$ 4724 milhões e US\$ 5044 milhões, respectivamente.

No acumulado do ano, até setembro, as exportações somaram US\$ 41399 milhões e as importações US\$ 40682 milhões, resultando em um saldo comercial positivo de US\$ 717 milhões no período.

Apesar do desempenho comercial do país estar aquém das expectativas iniciais do mercado – fruto de um significativo aumento das importações –, vale ressaltar que as exportações vêm apresentando um significativo movimento de recuperação – ver Gráfico 6.1.

No acumulado do ano, até setembro, as exportações registraram uma taxa de crescimento de 18,2% em comparação com igual período do ano passado, com destaque para as vendas externas de produtos manufaturados que cresceram 22,9% - ver Tabela 6.1.

Segundo a FUNCEX, o *quantum* exportado, no acumulado do ano até setembro, registrou um crescimento de 14,4% em relação a igual período de 1999. Este resultado foi liderado pelos manufaturados, que tiveram um crescimento de 22,9%. O *quantum* exportado dos básicos cresceu 9,8% enquanto o dos semimanufaturados caiu 3,7% na mesma base de comparação.

Contudo, o bom desempenho do *quantum* exportado ainda não se refletiu plenamente nos valores das exportações em função da lenta recuperação dos preços. No acumulado do ano, até setembro, o índice de preços das exportações totais cresceu apenas 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, o índice de preços das exportações totais ainda acumula uma queda de 0,6%.

A despeito da queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, da alta do preço do petróleo e da retomada da atividade econômica do país que afeta diretamente as importações, o fraco desempenho comercial do país também reflete o fato das próprias exportações estarem pressionando as importações, uma vez que aquelas estão sendo lideradas por setores altamente depen-

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES:
VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)

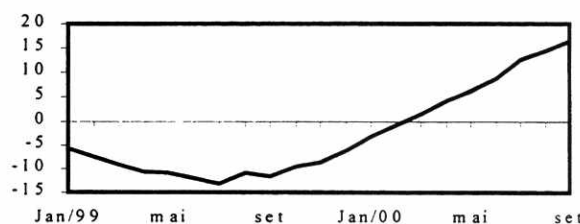


GRÁFICO 6.2
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO
ANO ANTERIOR(%)

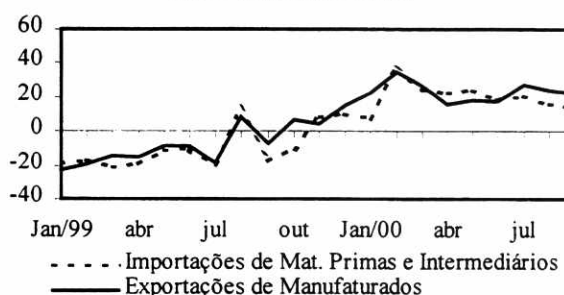


TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan-Set		Var.%
	2000	1999	
Básicos	9.659	9.000	7,3
Industrializados	30.534	25.407	20,2
Semimanufaturados	6.316	5.706	10,7
Manufaturados	24.218	19.701	22,9
Ops. Especiais	1.206	625	93,0
Total	41.399	35.032	18,2

Fonte: Secex.

dentes de insumos importados – ver Gráfico 6.2.

No acumulado do ano, até setembro, as importações totais cresceram 13,6% em relação a igual período de 1999, enquanto as importações de matérias-primas e bens intermediários aumentaram 20,1%.

A Balança Comercial em Outubro

Na quarta semana de outubro, a Balança Comercial apresentou um déficit de US\$ 175 milhões, com exportações no valor de US\$ 1117 milhões e importações de US\$ 1292 milhões. Com isso, até a quarta semana de outubro, a Balança Comercial registrou um déficit no mês de US\$ 612 milhões, acumulando, no ano, um superávit de US\$ 105 milhões.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou um crescimento real de 8% no acumulado em 12 meses até setembro de 2000 - ver Gráficos da página seguinte. Um resultado extremamente favorável em relação ao que se observou no acumulado em 12 meses até junho, que apresentou uma queda de 12%. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma expansão real de 14%, no período.

O valor das aprovações do BNDES cresceu 22% em termos reais no acumulado 12 meses até setembro de 2000. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma expansão real de 5% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma expansão real de 12% no acumulado em 12 meses até setembro de 2000. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma expansão real de 32% no período, um resultado extremamente favorável.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES registraram o montante de R\$ 12,7 bilhões no acumulado no ano até setembro de 2000, ante os R\$ 13,2 bilhões registrados em igual período de 1999, ambos a preços de setembro de 2000 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma expansão real de 114% de seus desembolsos no acumulado até setembro de 2000, ante o mesmo período do ano anterior. A FINAME registrou um crescimento de 2% de seus desembolsos. O BNDES, por sua vez, apresentou uma redução real de cerca de 18% dos desembolsos no período. As liberações para operações indiretas registraram uma queda real de 17%. As operações diretas, por sua vez, apresentaram uma queda real de 19% de seus desembolsos.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado até setembro de 2000, os destaques foram a agropecuária e o setor de serviços, com crescimento real de 20% e 18%, respectivamente, de seus desembolsos. A infra-estrutura também apresentou uma expansão real de 8% das liberações, ante o acumulado janeiro/setembro de 1999. A indústria de transformação, entretanto, apresentou uma queda real de 16% dos seus desembolsos no período. Em setembro de 2000, as liberações para a indústria de transformação mantiveram a maior participação - de 45% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	1999	2000	Em R\$ milhões	
			Var. %	
BNDES	8.252	6.743	-18,3	
Op. Diretas	3.951	3.190	-19,3	
Op. Indiretas	4.301	3.554	-17,4	
FINAME	4.111	4.178	1,6	
BNDESPAR	834	1.788	114,3	
Total	13.197	12.712	-3,7	

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Acumulado até setembro de cada ano, a preços de setembro de 2000 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS

Meses	Em %			
	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUTURA	SERVIÇOS TOTAL
jan 98	67,6	42,1	-1,7	23,8 19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3 74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0 71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6 93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1 55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1 43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8 40,7
ago	-8,0	38,9	86,2	49,4 40,9
set	-13,6	40,0	53,7	32,9 30,2
out	-12,8	31,0	43,6	36,2 24,6
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0 13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1 2,9
jan 99	46,4	-13,3	-62,2	24,5 -19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2 -24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2 -8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2 -26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3 -24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4 -24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7 -27,4
ago	6,0	0,8	-59,0	-21,4 -28,8
set	-4,4	-5,2	-58,5	-23,0 -30,9
out	-6,0	-2,4	-54,9	-22,1 -28,1
nov	-13,5	-5,1	-47,0	-17,4 -24,8
dez	-14,4	0,3	-30,0	-17,0 -15,8
jan 00	-2,5	-25,9	71,6	-4,9 -8,2
fev	2,4	-25,0	20,7	31,8 -10,9
mar	-14,4	-9,3	-29,0	1,2 -15,4
abr	-9,1	-15,5	-29,7	11,4 -17,1
mai	-12,9	-12,8	-12,4	-12,8 -12,7
jun	8,0	-19,8	-34,5	14,6 -18,7
jul	10,2	-17,2	26,7	15,7 -0,7
ago	14,1	-16,9	13,7	17,6 -3,0
sep	20,0	-15,9	7,7	18,2 -3,7

Fonte: AP/DEPLAN.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1999	2000	Var. %	Part % 2000
TOTAL	13197	12713	-3,7	100,0
AGROPECUÁRIA	1130	1356	20,0	10,7
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	6833	5748	-15,9	45,2
METALURGIA	895	1444	61,4	11,4
MECÂNICA	619	468	-24,3	3,7
MATERIAL DE TRANSPORTE	2663	1807	-32,1	14,2
CELULOSE E PAPEL	277	158	-43,2	1,2
QUÍMICA P.F.PERF.S. E VELAS	445	245	-44,8	1,9
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	1003	753	-25,0	5,9
OUTRAS	932	873	-6,3	6,9
INFRA-ESTRUTURA	3762	4052	7,7	31,9
SERVIÇOS	1226	1449	18,2	11,4
OUTROS	245	108	-55,9	0,9

Fonte: AP/DEPLAN.

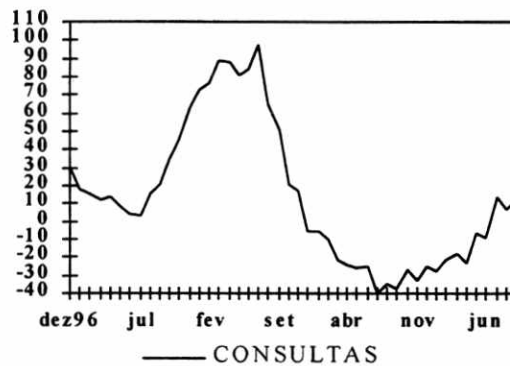
Nota: (1) Acumulado até setembro de cada ano, a preços de setembro de 2000 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

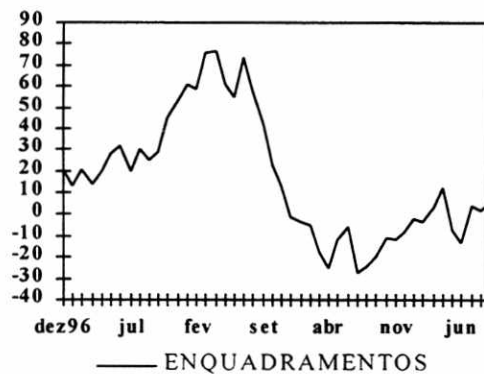


GRÁFICO 7.3

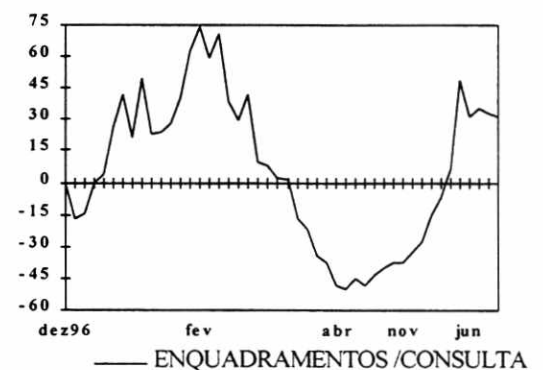


GRÁFICO 7.4

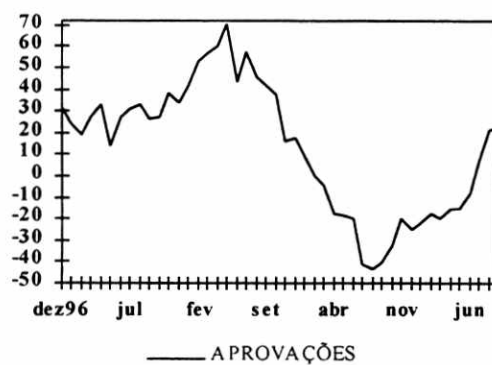


GRÁFICO 7.5

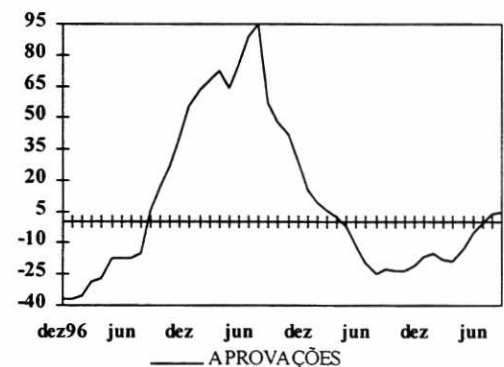


GRÁFICO 7.6

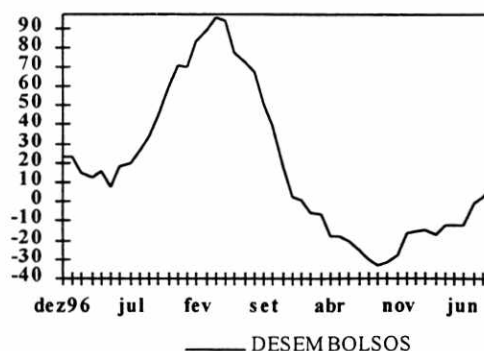
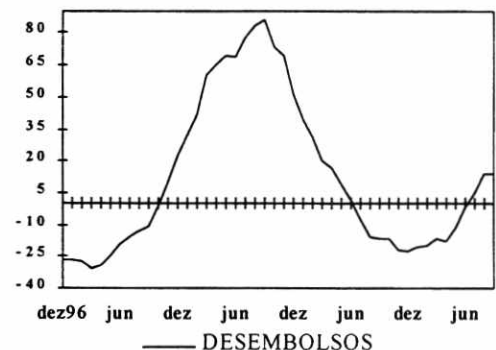


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FG V			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	59,31	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06
set	1,45	13,29	13,52	0,33	59,02	62,11	1,93	68,22	81,78
out	1,70	15,21	15,36	1,60	61,57	63,66	2,46	72,36	77,52
nov	2,39	17,97	18,50	-1,55	59,06	60,05	-1,47	69,82	75,73
dez	1,81	20,10	20,10	-6,95	48,01	48,01	-6,33	59,07	59,07
jan/00	1,24	1,24	20,58	0,75	0,75	-9,12	0,18	0,18	0,03
fev	0,35	1,59	16,78	-1,88	-1,14	-14,35	-1,80	-1,62	-7,10
mar	0,15	1,75	13,74	-1,20	-2,33	1,47	0,52	-1,11	11,59
abr	0,23	1,98	13,20	3,40	0,99	8,79	2,30	1,16	18,17
mai	0,31	2,30	13,88	1,10	2,10	5,95	2,43	3,62	16,34
jun	0,85	3,17	14,44	-1,46	0,61	1,72	-0,09	3,53	12,41
jul	1,57	4,79	14,46	-1,40	-0,80	-0,81	-1,63	1,86	6,63
ago	2,39	7,29	15,39	2,74	1,92	-4,83	3,32	5,24	1,44
set	1,16	8,54	15,06	1,11	3,05	-4,09	1,53	6,85	1,04
out	0,38	8,95	13,57	3,54	6,70	-2,25	3,73	10,84	2,29

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		NFSP (%PIB)				Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		Primário		Nominal		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Citibank	4,0	4,5	5,1	6,1	6,2	4,9	3,1	3,6	-	-	-3,3	-3,0	4,0	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Chase	3,9	4,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,4	-3,0	3,6	2,7	55,6	62,1	55,6	60,0	0,0	2,1	-25,1	-24,9
Garantia	3,6	4,2	4,8	5,6	4,0	4,5	2,9	3,3	-	-	-3,2	-3,0	4,2	3,2	54,5	60,2	54,6	59,3	-0,1	0,9	-25,3	-26,1
JP Morgan	4,0	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55,5	60,5	55,0	58,5	0,5	2,0	-25,1	-23,9
LCA	3,6	4,1	4,9	4,9	4,3	5,0	2,9	3,2	-	-	-3,6	-3,4	4,3	3,3	55,5	60,0	55,5	57,9	0,0	2,1	-25,3	-26,0
Macrométrica	4,0	5,6	6,5	8,6	0,3	4,3	3,1	4,1	-	-	-3,3	-2,3	3,7	4,3	56,3	62,4	55,9	59,7	0,4	2,7	-23,7	-22,1
MCM Consultores	4,1	4,4	5,5	4,9	4,2	2,0	3,2	4,4	20,5	21,6	-3,3	-3,0	4,3	2,8	55,3	60,2	55,3	60,6	0,0	-0,4	-	-
Rosenberg	3,8	4,3	5,0	5,5	5,6	6,0	2,8	3,4	-	-	-3,3	-2,8	4,1	3,6	55,0	60,0	55,0	59,0	0,0	1,0	-24,7	-25,2
Tendências	3,6	3,9	5,2	4,8	0,9	4,4	3,1	3,1	20,5	20,7	-3,6	-3,0	4,2	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA	3,8	4,4	5,3	5,8	3,6	4,4	3,0	3,6	20,5	21,2	-3,4	-2,9	4,1	3,2	55,2	60,3	55,1	58,7	0,1	1,6	-25,1	-24,6
DESVIO PADRÃO	0,19	0,47	0,53	1,22	2,07	1,13	0,13	0,45	0,00	0,45	0,14	0,29	0,25	0,52	0,66	1,53	0,57	1,77	0,21	0,97	0,76	1,30

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	nov	dez	jan	2000	nov	dez	jan	2000
Citibank	0,35	0,35	0,30	5,19	0,50	0,45	0,40	10,00
Chase	0,60	0,40	0,45	5,46	0,50	0,40	0,60	9,95
Garantia	0,45	0,20	-	5,20	0,35	0,45	-	9,50
Garantia	0,50	0,60	0,30	6,00	0,50	0,50	0,40	9,80
Macrométrica	0,80	0,40	0,85	6,00	0,80	0,70	0,60	10,95
MCM Consultores	0,45	0,45	-	5,50	0,65	0,50	-	10,20
Rosenberg	0,60	0,40	0,50	5,50	0,70	0,60	0,50	10,50
Tendências	0,40	0,10	-	5,20	0,50	0,60	0,70	9,60
Média	0,54	0,38	0,48	5,51	0,55	0,49	0,53	10,06
Desvio Padrão	0,11	0,13	0,20	0,31	0,15	0,12	0,10	0,48

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/99	0,70	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,05	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,10	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,56	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,30	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,19	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	0,56	0,74	1,56	1,45	2,15	2,15	0,29	1,88	1,92	1,98
setembro	0,31	0,91	1,45	1,47	2,30	2,06	0,27	1,90	1,92	1,98
outubro	1,19	1,13	1,70	1,89	2,58	2,15	0,23	1,97	1,95	2,02
novembro	0,95	1,48	2,39	2,53	3,59	2,10	0,20	1,93	1,92	2,02
dezembro	0,60	0,49	1,81	1,23	1,60	0,97	0,30	1,85	1,79	1,95
Acum. Ano	8,94	8,64	20,10	19,99	28,88	28,32	5,74	-	-	-
jan/00	0,62	0,57	1,24	1,02	1,02	0,98	0,21	1,80	1,80	1,95
fevereiro	0,13	-0,23	0,35	0,19	0,17	0,74	0,23	1,78	1,77	1,88
março	0,22	0,23	0,15	0,18	-0,05	0,60	0,22	1,74	1,75	1,88
abril	0,42	0,09	0,23	0,13	-0,02	0,32	0,13	1,77	1,81	1,87
maio	0,01	0,03	0,31	0,67	0,69	0,72	0,25	1,83	1,83	1,92
junho	0,23	0,18	0,85	0,93	1,45	0,64	0,21	1,81	1,80	1,93
julho	1,61	1,40	1,57	2,26	2,79	2,48	0,12	1,80	1,77	1,93
agosto	1,31	1,55	2,39	1,82	2,56	1,70	0,20	1,81	1,82	1,94
setembro	0,23	0,27	1,16	0,69	1,09	0,67	0,10	1,84	1,84	1,99
outubro	-	-	0,38	-	-	-	0,13	1,88	1,91	2,02
Acum. Ano	4,87	4,15	8,95	8,15	10,08	9,19	1,70	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
set	3,63	-0,66	0,04	17,66	-1,43	-1,10	-0,26
out	3,58	-0,96	-0,32	-2,20	0,31	-0,11	-0,60
nov	15,02	-1,65	-0,98	-4,16	-2,33	-3,85	-1,27
dez	21,84	-0,99	-0,20	-10,07	-5,18	-8,60	-0,63
Acum. no ano	109,76	-6,53	4,57	27,17	25,85	23,23	0,10
jan/00	-5,28	-0,51	0,22	-2,40	-1,22	-0,48	-0,03
fev	7,38	0,38	1,10	1,03	-3,93	-2,22	0,85
mar	0,75	0,57	1,30	-5,37	-0,15	-1,35	0,87
abr	-13,01	0,40	1,06	5,09	-0,76	3,16	0,82
mai	-4,03	0,44	1,19	0,59	2,36	0,79	0,86
jun	10,90	-0,14	0,53	2,96	-0,33	-2,29	0,20
jul	-3,16	-0,93	-0,26	-3,11	-1,55	-2,93	-0,47
ago	2,96	-1,64	-0,96	-1,32	-1,82	0,34	-1,34
set	-9,23	-0,55	0,07	-1,14	1,40	-0,04	-0,23
out	-7,02	0,25	0,90	-1,24	1,12	3,15	0,58
Acum. no ano	-20,16	-1,74	5,23	-5,21	-4,92	-2,06	2,11

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicatas(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasses do BNDES(5)	
								BNDES-FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,48	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	16,78	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	13,00	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,92	54,74	13,15	4,22	12,54	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	5,93	54,10	12,99	4,11	17,49	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	12,50	6,12	50,04	12,74	3,84	14,78	10,73	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	6,06	49,85	12,77	3,91	14,70	9,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	6,13	49,81	12,76	3,79	14,71	10,06	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
Jan/00	12,00	6,17	49,07	11,93	3,84	15,72	10,05	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	6,29	46,32	13,02	3,61	14,31	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	6,53	46,73	11,56	3,68	9,18	9,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	11,00	6,51	43,43	11,66	3,52	8,87	9,61	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	6,98	45,68	11,80	3,58	9,87	9,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun (6)	-	6,92	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul (6)	10,25	6,87	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago (6)	-	6,83	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set (6)	-	6,70	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out(6)	9,75	6,67	-	-	-	-	-	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Com exceção da TJLP, da Libor e dos repasses do BNDES, as informações não estão disponíveis para os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro. O Banco Central pretende normalizar a divulgação destes dados em breve.